



ESTUDO SOBRE OS GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL E DESEMPENHO NA SUSTENTABILIDADE DOS MAIORES MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES

Bruno Jorge Ramos
UFSC

brunoqramoss@gmail.com

Fabricia Silva da Rosa
UFSC

fabricia.rorsa@ufsc.br

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os gastos com gestão ambiental e o desempenho com sua sustentabilidade de municípios catarinenses. A metodologia quanto aos objetivos é descritiva e quanto aos procedimentos é qualitativa, o período corresponde ao período de 2012 a 2016. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, identificou-se a qualidade do serviço de Gestão Ambiental medido por meio do Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses SIDEMS/FECAM e os gastos ambientais no portal do STN. O estudo diagnosticou uma alta heterogeneidade nos gastos ambientais dos maiores municípios das mesorregiões catarinenses, pois no período analisado, percebe-se que aconteceram aumentos e diminuições da participação orçamentária dos gastos ambientais. Porém, se comparado o ano 2012 com o de 2016, nota-se que todos estes municípios apresentaram aumento da destinação do orçamento para os gastos com gestão ambiental, deixando evidente o fraco desempenho na sustentabilidade e também falta de eficiência que estes municípios têm com suas políticas ambientais, tanto que mesmo com o aumento da destinação para tal função, os resultados dos indicadores que analisam a eficiência em gestão ambiental evidenciaram que, dos maiores municípios catarinenses no ano de 2016, apenas Blumenau e Joinville foram classificados com uma eficiência média alta, diferente dos municípios de Florianópolis e Criciúma que foram classificados como médio baixo e por fim Chapecó e Lages como baixos. Portanto, é claro que apenas destinar quantias maiores não resultam em um melhor desempenho, demonstrando a pouca eficiência da gestão ambiental existente nos maiores municípios das mesorregiões catarinenses, que devem adotar novos processos de gestão ambiental, através da implementação de ações que atendem às necessidades ambientais, para que assim tenham um desempenho condizente com a quantidade empenhada em gestão ambiental.

Palavras-chave: Gastos Públicos; Gestão Ambiental; Catarinenses; Municípios.

Linha Temática: Gestão ambiental aplicada aos municípios de Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

Realização:





Conforme a Divisão de População da ONU divulgou em 21/06/2017, com a crescente exponencial da população em âmbito mundial, teremos um adicional de cerca de 83 milhões de pessoas anualmente, sendo que a nossa população atual atinge a marca de 7,3 bilhões de habitantes e que pode alcançar e ultrapassar a barreira de 10,3 bilhões em 50 anos, ou seja, teremos um crescimento exponencial da população mundial, com um aumento de 41%, vale ressaltar que o crescimento da população tende a ser maior em países que estão em desenvolvimento.

Vale refletir então em como os órgãos públicos colocam em prática sua responsabilidade do modo como estão afetando o meio ambiente em seu cotidiano, seja qual for à atividade. Para tal, essas entidades estão trabalhando em torno da questão ambiental, começando a publicar informações acerca de gestão ambiental, gastos ambientais, mostrando que realmente estão preocupadas não só com o presente como também do futuro.

Ao analisar cada ano as projeções populacionais, percebemos que o ser humano não está se preparando, ou seja, tornam-se imprescindíveis estudos com o foco de como a sociedade está avaliando o aumento populacional, tanto para analisar esse crescimento e também os meios que permitirão que essa quantidade enorme de pessoas tenha um ambiente saudável e estruturado ambientalmente. Portanto, o presente estudo visa avaliar como os municípios catarinenses estão se comportando em relação à Gestão Ambiental, onde atualmente estão sendo criadas ferramentas que possibilitam mensurar como está a responsabilidade ambiental, analisando suas iniciativas.

Diante da degradação do meio ambiente, fica claro que o Estado terá cada vez mais responsabilidade de fiscalizar, mesmo que a atenção do governo com a questão ambiental esteja se desenvolvendo é importante também à criação de incentivos e estímulos acerca de ações com o foco de preservar o âmbito ambiental.

A questão ambiental passou a ter mais importância, visto que com o desenvolvimento das políticas ambientais, o foco da economia que antes girava apenas com a demanda do consumo desenfreado, no qual quem tivesse a maior capacidade de produzir e entregar ao consumidor independente de agredir o meio ambiente ou não. Esta mentalidade capitalista foi e é de certa forma muito preocupante, cabe então ao estado se preocupar com a grande degradação da natureza e criar meios que limitem esta mentalidade, para que ela mude não só hoje como também no futuro. Porém, deve haver também uma fiscalização de como o estado está se comportando, se suas ações estão impactando positivamente, pois a ideia capitalista é muito conveniente ao governo, visto que quando maior a produção, maior serão as vendas e consequentemente maior a arrecadação do estado, ou seja, ter medidas efetivas de qual o limite sustentável é crucial.

Diante a degradação descontrolada do meio ambiente, viu-se a necessidade da criação de Políticas Públicas Ambientais, “[...] um conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para evitar novos problemas ambientais, bem como para eliminar ou minimizar os existentes” (BARBIERI, 2011). Portanto, é obrigação de cada governo planejar efetivamente suas políticas públicas ambientais para que assim seja direcionada parte do orçamento neste tema. Há então a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde exista a “[...] discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo” (BRASIL, 1964). Assim, é claro que para uma gestão eficaz do meio ambiente, o governo deverá empregar recursos públicos no meio ambiente, mesmo sabendo que a quantidade empregada varia de acordo com cada governo, pois cada um tem suas prioridades e muitas vezes o meio ambiente se quer faz parte delas. Ou seja, o governo deverá prestar contas, de forma transparente, disponibilizando ao cidadão as

Realização:





informações sejam elas de qualquer natureza, inclusive ambiental, permitindo que exista a transparência de suas medidas e assim o cidadão não fique privado das informações e possam de realizar avaliação das ações e programas desenvolvidos pelo governo.

Com isso a presente pesquisa tem como **objetivo analisar os gastos com gestão ambiental e o desempenho com sua sustentabilidade de municípios catarinenses**, utilizando os dados publicados pela FECAM e também do STF, com a finalidade de encontrar-se uma relação direta ou indireta dos gastos ambientais com seu índice de gestão ambiental e posteriormente fazer uma avaliação da como os gastos com despesa ambiental foram impactantes para cada município, evidenciando seu desempenho ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para atender o objetivo desta pesquisa primeiramente apresenta-se considerações gerais sobre a gestão ambiental de cidades, e em seguida sobre gastos públicos com meio ambiente.

2.1. GESTÃO AMBIENTAL DE CIDADES

Dados apresentados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, destacaram que em 1950 apenas 30% da população vivia em áreas urbanas, mas espera-se que até 2050 60% da população seja urbana (UNITED NATIONS, 2017b). As projeções para o crescimento populacional destacam a necessidade de se intensificar os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável, motivo que levou diversos países a se comprometerem publicamente com a promoção de novas políticas.

Entretanto, especialistas afirmam que políticas urbanas, leis e instrumentos de gestão por si só não resolverão o problema da sustentabilidade urbana a longo prazo, pois é necessária uma transformação profunda (ONU-HABITAT, 2015).

De acordo com Ribeiro (2006) a solução dos problemas ambientais depende da ajuda de diferentes áreas, aqui incluídas as várias habilidades, experiência e formação acadêmica dos contabilistas.

Para Martins e Cândido (2012) há uma certa complexidade que envolve o desenvolvimento sustentável. Para isso, faz-se necessário encontrar indicadores que captem todos os aspectos relevantes para o processo de desenvolvimento sustentável e que descrevam, de forma compreensiva, uma realidade mutável, dinâmica e diversa, além de evidenciar aspectos que revelem tendências ou perspectivas futuras.

Para Elias e Oliveira (2013), desenvolvimento sustentável e meio ambiente não envolve somente o florestamento, pesca ou floresta, mas sim um campo amplo a ser descoberto e sobre tudo protegido, para que na vida dos seres humanos e demais seres vivos haja maior qualidade. Como também afirma a FECAM (2017), a promoção do desenvolvimento sustentável em um município deve ser encarada como um objetivo central, sendo inegável o caráter transversal que a dimensão ambiental assume no processo de criação de uma nova perspectiva de futuro. Nesta perspectiva, um novo ciclo de desenvolvimento deve ser capaz de promover o bem-estar social e econômico, potenciando precisamente os valores e recursos naturais endógenos e sustentando, nesses, a qualidade de vida e progresso das populações.

2.2 GASTOS PÚBLICOS COM MEIO AMBIENTE

Realização:





Com o surgimento da Lei nº 4.320/64, a classificação da despesa no orçamento público passou ser classificada de acordo com os seguintes critérios: institucional, funcional, por programas e segundo a natureza. Os gastos governamentais de acordo com a função de governo (categoria funcional), atualmente é definida pela Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, que estabelece 28 funções baseadas nas competências e finalidades dos entes estatais.

A partir da Portaria nº 42/1999, foi introduzida a função Gestão Ambiental, que é dividida em subfunções: preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia, ou seja, a partir da Portaria nº 42 que essa categoria de gastos passou a estar entre as despesas governamentais. (BRASIL, 1999).

Pires e Platt Neto (2016) citam que é a partir da despesa orçamentária que o Estado operacionaliza a prestação de seus serviços, pois através dela se dá à aplicação dos recursos. Considera-se despesa pública toda forma de distribuição e emprego das receitas fixadas na lei orçamentária ou em leis específicas voltadas à manutenção do serviço público. (BRASIL, 2017, p. 73).

De acordo com a Portaria nº. 42/99, os orçamentos públicos devem contemplar uma rubrica de despesa chamada “Gestão Ambiental”, nele estará o percentual aplicado pelo governo, anualmente, na área ambiental. Por Função de despesa, conforme a Portaria nº. 42/99 deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Ainda segundo esta norma, a Subfunção representa uma partição da função. As subfunções da Função 18 - Gestão Ambiental são: 541 – Preservação e Conservação Ambiental; 542 – Controle Ambiental; 543 – Recuperação de Áreas Degradadas; 544 - Recursos Hídricos; e 545 – Meteorologia. (BRASIL, 1999). Para Barbieri (2007, p. 71) “Gestão ambiental pública é a ação do poder público conduzido segundo uma política pública ambiental”.

Baquero, Rocha e Órtega (2006) definem gasto público como o desembolso realizado por entes estatais, autorizado por leis ou outros instrumentos, visando atender os interesses sociais. Esta é principal ferramenta governamental para interferir no desenvolvimento da nação (BUENO; OLIANA; BORINELLI, 2013). Tridapalli, et al. (2011), os gastos ambientais podem ser compreendidos como aqueles inerentes às funções constitucionais do Estado relacionadas à preservação, controle e recuperação ambiental e à garantia de direitos ambientais.

De acordo com Tridapalli, et al. (2010), os recursos destinados ao setor ambiental podem se originar de um número variado de fontes, tais como recursos ordinários do tesouro, compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, taxas e multas pelo exercício de poder de polícia, empréstimos e doações internacionais e convênios com outros órgãos públicos.

O peso de cada uma no montante dos recursos à disposição dos órgãos e programas ambientais pode variar, em razão do nível de governo, do tamanho e riqueza do município, como também da gravidade percebida dos problemas ambientais.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se quanto aos seus objetivos como descritiva, pois tem a finalidade de descrever a situação dos Municípios de Santa Catarina quanto aos seus gastos

Realização:



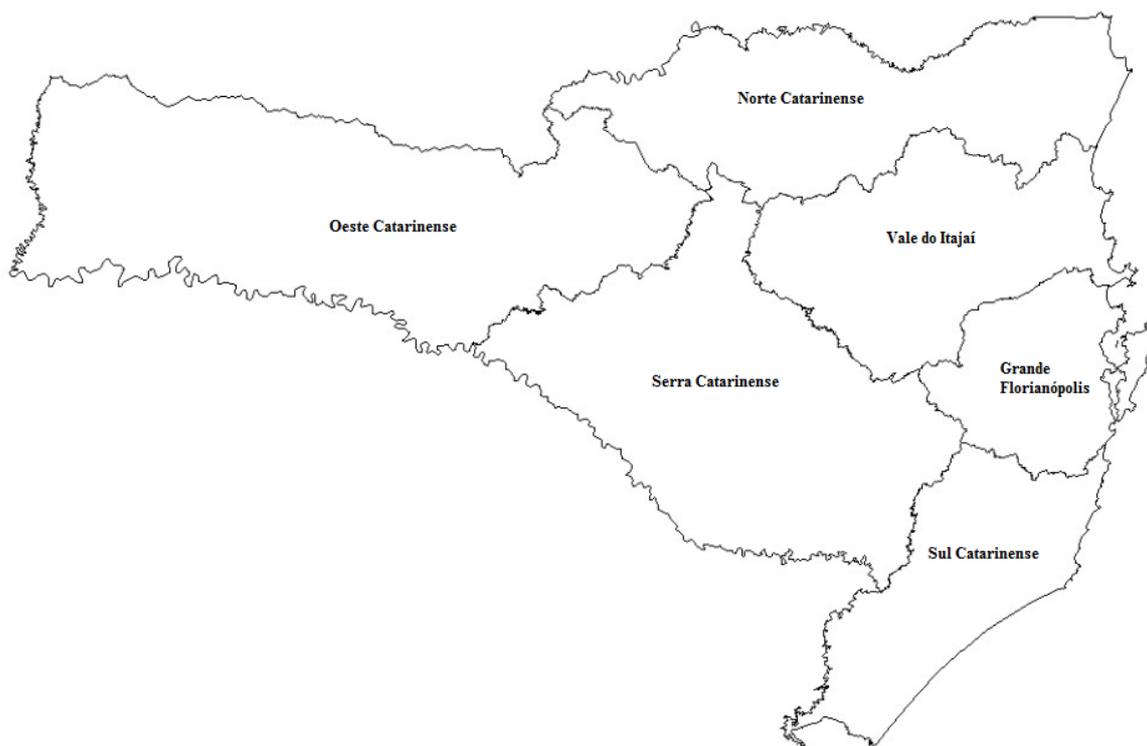


Figura 1 - Mesorregiões Catarinenses

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Mapa 1, esta divisão que é composta pela Mesorregião Norte que é altamente industrializada, onde se localiza a maior cidade do estado que é Joinville. Já a Mesorregião da Grande Florianópolis, responsável pela base tecnológica e considerada um polo tecnológico, onde o desenvolvimento e a instalação de novas tecnologias aumentam a cada ano, tem no município de Florianópolis o maior responsável por este desenvolvimento. Por outro lado, a Mesorregião do Oeste Catarinense, região que acumula a maior vegetação catarinense, ocasionando em uma economia que tem como ponto forte atividade agropecuária, tem no município de Chapecó seu destaque. A Mesorregião Serrana, que tem uma economia diversificada, seja pela atividade pecuária e extração de madeira, que é transformada na própria região, nas fábricas de móveis e especialmente, na fabricação de papel e celulose, sendo que o município de Lages é o mais representativo nesta região. Na Mesorregião Sul Catarinense, que tem na atividade de extração de carvão, indústrias de cerâmica, vestuário, metal-mecânica e química, suas principais atividades econômicas, como também dois portos, podemos destacar o município mais populoso que é Criciúma. E por fim, a última Mesorregião Catarinense que é a do Vale do Itajaí, já que a economia da região se destaca na indústria têxtil e de informática, onde o setor de serviços está se desenvolvendo bem, devido a crescente do turismo e ao grande movimento do porto de Itajaí que tem como principal município Blumenau.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PANORAMA DOS GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL DOS 6 MAIORES MUNICÍPIOS DAS 6 MESORREGIÕES CATARINENSES

Realização:





Os gastos com meio ambiente, exibidos na função 18 das despesas públicas, dos 6 municípios com maior representatividade nas 6 mesorregiões catarinenses, evidenciaram tendências diferentes no período de 2012 a 2016 conforme (Figura 2).

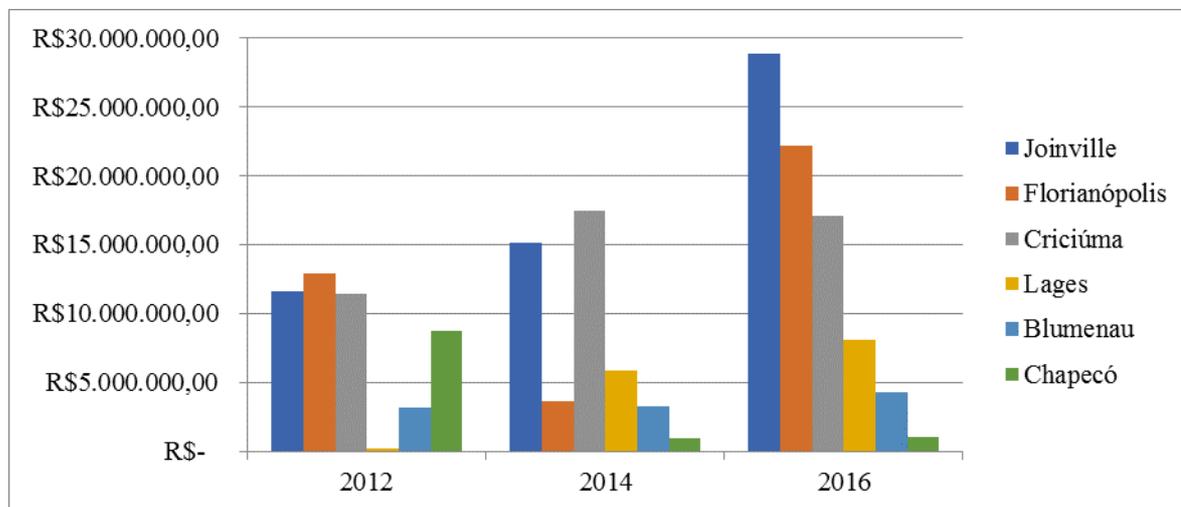


Figura 2 - Variação dos gastos com gestão ambiental dos seis maiores municípios das seis mesorregiões catarinenses.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN.

No município de Joinville, responsável pela maior população do estado de Santa Catarina, as despesas com gestão ambiental em valores monetários foram as maiores do estado catarinense, sendo responsável por uma crescente de gastos, tanto que, os aumentos na quantidade de despesa empenhada em gestão ambiental aumentaram 31% de 2012 para 2014 e 91% de 2014 para 2016, demonstrando que o município está botando em prática políticas com o intuito de equilibrar o impacto gerado em virtude da grande quantidade de pessoas que estão na região.

No município de Florianópolis, que possui a segunda maior população do estado, temos uma queda de 72% entre 2012 e 2014 com gasto ambiental, demonstrando que nesse período a preocupação com a gestão ambiental foi muito pouco expressiva, o que pode explicar esse decréscimo são as políticas públicas deste período, que o governo deve ter direcionado pequena parte do orçamento na gestão ambiental, dando prioridade a outras áreas, tanto que em 2016, acontece um aumento de 515% no empenho de despesas ambientais em relação ao ano de 2014, destacando uma alta heterogeneidade quanto aos gastos com gestão ambiental no município de Florianópolis.

Já no município de Criciúma, percebemos uma diminuição, mesmo sendo pequena. Porém, este decréscimo foi no período em que a preocupação com o meio ambiente passou a ter mais importância, tanto que, diferente de Criciúma, os outros cinco municípios em questão demonstraram um aumento da despesa empenhada em gestão ambiental. Ou seja, o município de Criciúma está se mostrando contrária a evolução do gasto com gestão ambiental, pois após um interessante aumento de 53% de 2012 para 2014, teve uma queda de 2% de 2014 para 2016.

No município de Lages, responsável pela menor população dos seis municípios deste estudo, destaca-se a crescente com os gastos em gestão ambiental, visto que, mesmo sendo o menos populoso e tendo o menor gasto no ano de 2012, foi o município que teve o maior

Realização:





aumento de 2012 para 2014, que pode ser considerado o maior aumento de todos os municípios no período de 2012 a 2016. Outro dado que evidencia como o município de Lages tem se preocupado em desenvolver sua gestão ambiental é que mesmo após um grande aumento de 2012 para 2014, teve também um aumento de 37% nos gastos ambientais se analisarmos o ano de 2016 em relação a 2014.

Já o município de Blumenau, que mesmo tento a terceira maior população de Santa Catarina, foi quem teve a evolução mais estática, tanto que os gastos com gestão ambiental evoluíram menos de cem mil reais de 2012 para 2014 e também foi o quarto com a maior evolução do período entre 2014 e 2016, deixando claro que o município tem uma política uniforme, que tende a gastar valores similares. Podemos perceber que o município de Chapecó foi o que teve a maior queda dos gastos com gestão ambiental no período entre 2012 e 2016, tanto que de 2012 para 2016, foi o único município que teve uma variação negativa, com uma queda de 88% das despesas empenhadas em gestão ambiental.

4.2 ANÁLISE DO GASTO COM GESTÃO AMBIENTAL *PER CAPITA* DOS SEIS MAIORES MUNICÍPIOS DAS SEIS MESORREGIÕES CATARINENSES

O gasto público ambiental per capita dos municípios mais populosos das mesorregiões catarinenses demonstrou o melhor resultado em 2016, com uma média de R\$ 41,17, conforme Figura 3.

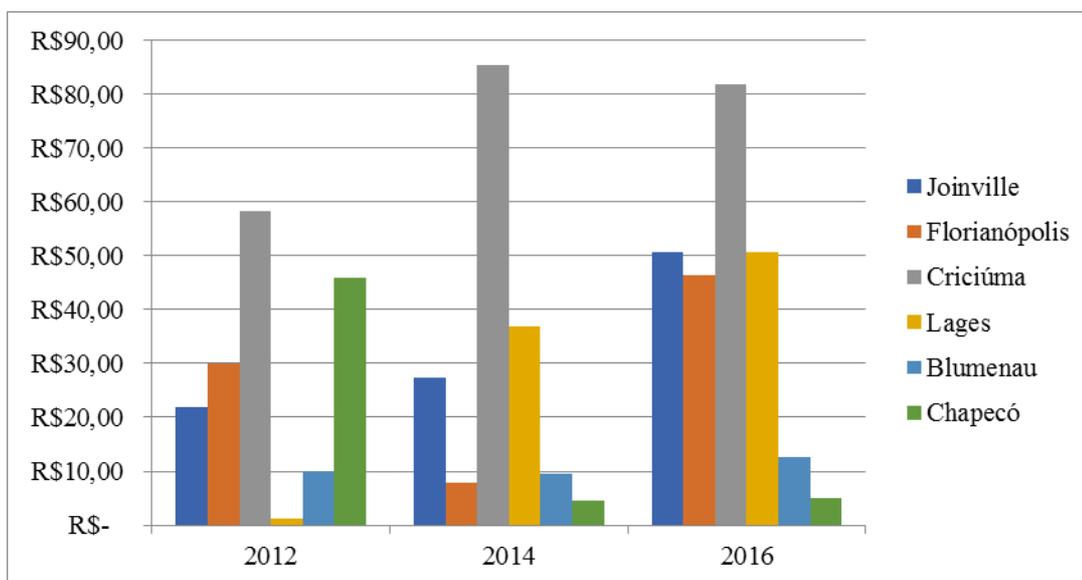


Figura 3 - Variação dos gastos com gestão ambiental *per capita* dos seis maiores municípios das seis mesorregiões catarinenses.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN e IBGE.

Quatro municípios tiveram, em 2016, gastos maiores que a média, sendo o município de Criciúma o responsável pelo maior quociente, com valor de R\$ 81,79, seguido por Joinville com R\$ 50,63, Lages com R\$ 50,71 e Florianópolis com R\$ 46,37. Já Blumenau e Chapecó evidenciam gastos preocupantes, pois mesmos sendo responsáveis pela terceira e quarta maior população do estado de Santa Catarina em 2016, foram os que tiveram o menor

Realização:





empenho em gestão ambiental per capita e absoluto dos 6 municípios estudados no ano de 2016.

Outro ponto importante é de que os municípios mais populosos de Santa Catarina, que são Florianópolis e Joinville, demonstram crescimento proporcional, ou seja, tanto houve aumento da população, como também tiveram a maior evolução de gastos ambientais per capital de 2014 para 2016.

Então, fica evidente que os picos de gastos com gestão ambiental estão no ano 2016, pois em 2012, a média de gasto ambiental per capita dos 6 municípios mais populosos das 6 mesorregiões catarinenses foi de R\$ 27,90 e de R\$ 28,60 em 2012, mesmo que o aumento populacional destes 6 municípios tenha sido consideravelmente maior de 2012 para 2014, onde houve um aumento populacional de 30% no total destes municípios.

Diferentemente de 2014 para 2016, quando aconteceu um aumento de 14,9% na população total, deixando claro que está ocorrendo uma diminuição do crescimento populacional e mesmo assim estes municípios estão crescendo ainda mais os gastos com gestão ambiental, tanto que é perceptível pelo aumento considerável de gasto per capita dos municípios.

Analogamente, Chapecó apresentou as maiores taxas de crescimento populacional de 2012 para 2016, com 10,84%, acompanhado por Florianópolis com 10,31%. Já o menor aumento populacional no período de 2012 para 2016 foi de Lages, com 1,29% e Criciúma com 6,92%.

4.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO AMBIENTAL

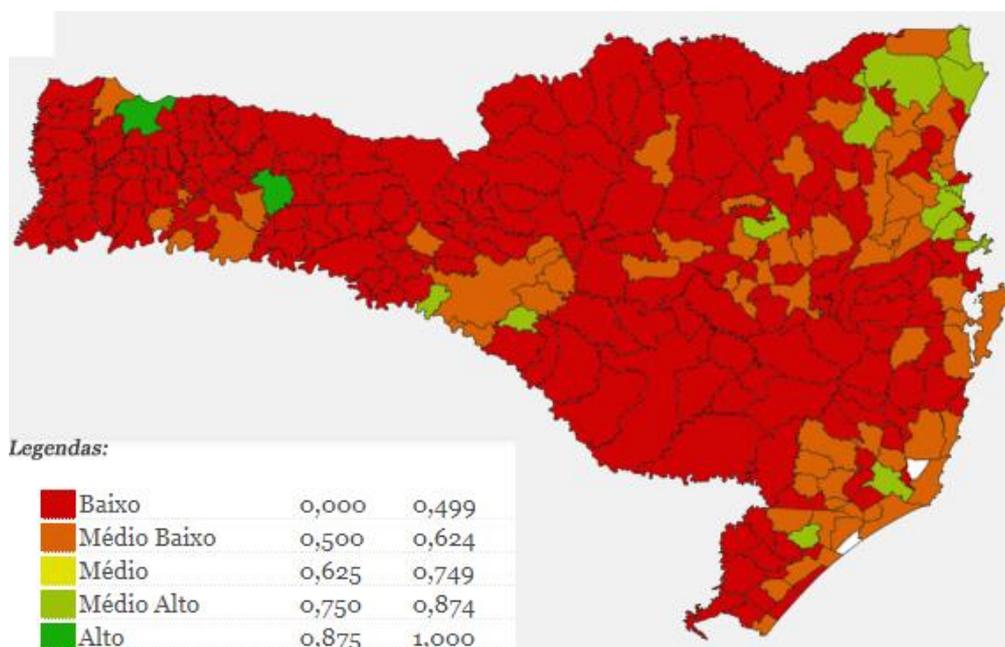


Figura 4 - IDMS dos municípios Catarinenses

Fonte: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM/SC).

Ao analisarmos o cenário dos municípios catarinenses acerca da eficiência de sua gestão ambiental, no período entre 2012 a 2016, podemos inferir que no ano de 2012, na média, os municípios estavam com uma classificação do indicador de gestão ambiental baixa, sendo este um cenário preocupante, pois vem se estabelecendo no estado de Santa Catarina

Realização:





desde 2012 e não se alterou até 2016. Em 2012 apenas três municípios de Santa Catarina tiveram um indicador de 1.00, que retrata uma classificação alta na gestão ambiental. Em 2014, a situação se manteve, mesmo com uma queda da média, que foi de 0.187 em 2012 para 0.166 em 2014, a classificação de gestão ambiental novamente foi baixa, sendo esta a maioria entre os municípios catarinenses, onde novamente apenas 3 municípios foram classificados com gestão ambiental alta. No ano de 2016, houve um pequeno aumento na média do indicador de gestão ambiental em relação a 2014, passando de 0.166 para 0.172, aumento este que mostra ser irrelevante se levarmos em consideração que a média da eficiência na gestão ambiental dos municípios catarinenses novamente foi baixa e apenas dois municípios de Santa Catarina obtiveram a classificação de gestão ambiental alta. Sendo que, no período entre 2012 a 2016, apenas um município de Santa Catarina se manteve mais de um ano com uma eficiência na gestão ambiental classificada como alta, que foi o município de Abdon Batista. Portanto, ao analisarmos o panorama geral dos municípios catarinenses com base nos indicadores de gestão ambiental, fica evidente que mesmo com a crescente degradação do meio ambiente e conscientização ambiental da população, os municípios catarinenses não demonstraram alinhar estes temas aos seus objetivos que são colocados em prática através das políticas ambientais.

4.4. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO AMBIENTAL EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM GESTÃO AMBIENTAL DOS SEIS MAIORES MUNICÍPIOS DAS SEIS MESORREGIÕES CATARINENSES.

Podemos notar que, pela tabela 1, que a relação entre o aumento ou diminuição da despesa empenhada dos gastos em gestão ambiental com o indicador de gestão ambiental no período de 2012 a 2016 seguiu tendências heterogêneas, visto que mesmo que a quantidade empenhada tenha subido, não aconteceu a mesma situação com o indicador de gestão ambiental, que visa mensurar a atuação do município quanto a sua atuação com na gestão ambiental, atribuindo a este um indicador que definirá se o município tem uma eficiência em gestão ambiental baixa, média baixa, média, média alta e alta.

Tabela 1 - Dados dos indicadores de gestão ambiental e despesa empenhada com Gastos ambientais nos anos de 2012, 2014 e 2016.

Município	2012		2014		2016	
	IDMS	Gastos Ambientais	IDMS	Gastos Ambientais	IDMS	Gastos Ambientais
Blumenau	0,500	R\$ 3.177.733,67	0,750	R\$ 3.217.579,99	0,750	R\$ 4.308.204,87
Chapecó	0,500	R\$ 8.686.177,25	0,000	R\$ 894.310,48	0,000	R\$ 1.044.842,42
Criciúma	0,500	R\$ 11.422.766,86	0,500	R\$ 17.482.659,23	0,500	R\$ 17.106.607,34
Florianópolis	0,500	R\$ 12.946.881,89	0,500	R\$ 3.603.047,04	0,500	R\$ 22.154.000,55
Joinville	0,750	R\$11.573.943,81	0,500	R\$ 15.126.273,58	0,750	R\$ 28.841.538,51
Lages	0,250	R\$181.331,83	0,000	R\$ 5.878.903,40	0,250	R\$ 8.043.531,54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN e FECAM/SC.

No ano de 2012, podemos notar que, pela tabela 2, que dos 6 municípios com maior representatividade de população nas 6 mesorregiões catarinenses, apenas o município de Joinville teve uma classificação média alta, fazendo jus ao fato de ser o segundo com maior

Realização:





desembolso em gastos com gestão ambiental, demonstrando que o município tem um ótimo serviço de gestão ambiental, utilizando corretamente os valores empenhados.

Porém, os municípios de Florianópolis, Criciúma e Chapecó, que no ano de 2012, foram os responsáveis pela primeira, terceira e quarta maior despesa com gestão ambiental, acabaram tendo uma classificação média baixa, classificação esta que, se comparada ao município de Blumenau que desembolsou praticamente 75% menos que Florianópolis e Criciúma e 63% a menos que Chapecó, acabaram com a mesma classificação de Florianópolis, Criciúma e Chapecó. Já o município de Lages, com a menor despesa com gestão ambiental no ano de 2012, apresentou uma classificação baixa, sendo esta a menos eficiente dos 6 municípios em questão e apesar de, possuir um empenho consideravelmente menor que os outros, deixa claro que, uma boa gestão ambiental independe dos valores empenhados e sim na eficiência das políticas ambientais adotadas.

Tabela 2 - Dados dos indicadores de gestão ambiental e despesa empenhada com Gastos ambientais nos anos de 2012.

Município	Despesa com Gestão Ambiental	IDMS
Joinville	R\$ 11.573.943,81	0,750
Florianópolis	R\$ 12.946.881,89	0,500
Criciúma	R\$ 11.422.766,86	0,500
Chapecó	R\$ 8.686.177,25	0,500
Blumenau	R\$ 3.177.733,67	0,500
Lages	R\$ 181.331,83	0,250

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN e FECAM/SC.

No ano de 2014, o cenário dos indicadores dos municípios de certa forma se manteve, conforme tabela 3, diferente dos valores empenhados em gestão ambiental, tanto que, em 2014, apenas dois dos seis municípios apresentaram retração de gastos com gestão ambiental, porém, mesmo diante do aumento dos gastos, percebeu-se que a classificação de apenas dois municípios foram alteradas.

O município de Blumenau, que passou a ser classificado como médio alto, foi o município que teve a menor variação de gastos em relação a 2012, de apenas 1% de aumento, já o município de Joinville, que antes era classificado como médio alto, passou a estar classificado como médio baixo, mesmo após um aumento em cerca de 30% no empenho de despesas com gestão ambiental e seguindo essa tendência na perda da eficiência ambiental vem o município de Chapecó que agora é classificado como baixo, após ter uma queda considerável nos gastos, mesma classificação do município de Lages, que mesmo sendo responsável pelo maior crescimento dos gastos com gestão ambiental de 2012 para 2014, manteve-se no mesmo nível de classificação e o município de Florianópolis, com uma queda de 72% dos gastos em gestão ambiental diferente de Criciúma que aumentou em 53% seu empenho com gestão ambiental, manteve-se na classificação médio baixo. Ou seja, em 2014, fica evidente que municípios que mais aumentaram seus gastos com gestão ambiental, não tiveram nenhuma mudança de patamar da sua eficiência com gestão ambiental.

Tabela 3 - Dados dos indicadores de gestão ambiental e despesa empenhada com Gastos ambientais nos anos de 2012 e 2016

Município	2012		2014		Variação da Despesa com Gestão Ambiental de 2012
	Despesa com Gestão	IDMS	Despesa com Gestão	IDMS	

Realização:





	Ambiental		Ambiental		para 2014
Joinville	R\$ 11.573.943,81	0,750	R\$ 15.126.273,58	0,500	31%
Florianópolis	R\$ 12.946.881,89	0,500	R\$ 3.603.047,04	0,500	-72%
Criciúma	R\$ 11.422.766,86	0,500	R\$ 17.482.659,23	0,500	53%
Chapecó	R\$ 8.686.177,25	0,500	R\$ 894.310,48	0,000	-90%
Blumenau	R\$ 3.177.733,67	0,500	R\$ 3.217.579,99	0,750	1%
Lages	R\$ 181.331,83	0,250	R\$ 5.878.903,40	0,000	3142%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN e FECAM/SC.

Já no ano de 2016, notamos que Blumenau e Joinville estão classificados como médio alto. Blumenau, que já vinha sendo classificado como médio alto desde 2014, foi o município que menos variou seus gastos com gestão ambiental desde 2012, mostrando eficiência na política de gestão ambiental do município, por outro lado, diferente de Blumenau, está o município de Joinville, responsável pela terceira maior variação nos gastos com gestão ambiental no mesmo período e que em 2016 está classificado como médio alto, evidenciando uma política ambiental sólida, com o maior gasto em gestão ambiental de 2016, que demonstrou que o município se desenvolveu e conseguiu uma classificação tão alta. Todavia, o município de Florianópolis, com o segundo maior gasto com gestão ambiental no ano de 2016, apresentou a mesma classificação na eficiência da gestão ambiental desde 2012, a classificação média baixa, evidenciando que mesmo empenhando valores consideráveis ano após ano, o município não conseguiu converter essa quantidade monetária em eficiência ambiental. No ano de 2016, mais uma vez o município de Chapecó e Lages foi classificado como baixos, mesmo Lages tendo demonstrado ser o maior entre os seis municípios que teve a maior variação de gastos ambientais desde 2012, porém não fazer com que a eficiência na gestão ambiental aumentasse na mesma proporção dos gastos ambientais. O município de Chapecó foi o único que apresentou variação negativa no empenho de gastos ambientais de 2012 para 2016, com queda de gastos de 2012 para 2014 e em 2016 praticamente manteve o mesmo valor de 2014 e também não demonstrou evolução na sua eficiência ambiental. Por fim, o município de Criciúma, também não evoluiu no período, apresentando classificação média baixa desde 2012.

Tabela 4 - Dados dos indicadores de gestão ambiental e despesa empenhada com Gastos ambientais nos anos de 2012 e 2016.

Município	2012		2016		Variação da Despesa com Gestão Ambiental de 2012 para 2014
	Despesa com Gestão Ambiental	IDMS	Despesa com Gestão Ambiental	IDMS	
Joinville	R\$ 11.573.943,81	0,750	R\$ 28.841.538,51	0,750	149%
Florianópolis	R\$ 12.946.881,89	0,500	R\$ 22.154.000,55	0,500	71%
Criciúma	R\$ 11.422.766,86	0,500	R\$ 17.106.607,34	0,500	50%
Chapecó	R\$ 8.686.177,25	0,500	R\$ 1.044.842,42	0,000	-88%
Blumenau	R\$ 3.177.733,67	0,500	R\$ 4.308.204,87	0,750	36%
Lages	R\$ 181.331,83	0,250	R\$ 8.043.531,54	0,250	4336%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN e FECAM/SC.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo **analisar os gastos com gestão ambiental e o desempenho com sua sustentabilidade de municípios catarinenses.**

Realização:





Para atingir este objetivo, fez uma pesquisa descritiva a partir dos dados dos municípios mais populosos das 6 mesorregiões catarinenses no período de 2012, 2014 e 2016. Os dados foram coletados dados sobre desempenho ambiental no Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses SIDEMS/FECAM, e os dados sobre os gastos ambientais no portal da Secretaria do Tesouro Nacional.

Após a análise do panorama dos indicadores de gestão ambiental dos 6 municípios mais populosos das 6 mesorregiões catarinenses, evidenciou-se que há uma grande heterogeneidade, tanto no âmbito das despesas empenhadas com gestão ambiental quanto a baixa eficiência de alguns municípios acerca da evolução da sua eficiência ambiental.

Tal constatação é perceptível se analisarmos que a realização destas despesas orçamentárias pouco influenciou no índice que mede a eficiência ambiental dos municípios. Tanto que no ano de 2012, apenas o município de Joinville teve um índice médio alto, sendo este o único classificado acima da média no respectivo ano, mesmo com gastos ambientais praticamente na mesma proporção dos municípios de Florianópolis e Criciúma, que estranhamente, apresentaram a classificação média baixa. No ano de 2014, o cenário se altera, tanto que, apenas Blumenau foi classificado como médio alto, mesmo com a segunda menor dotação de gastos ambientais, esteve acima de Criciúma e Joinville, que mesmo com os maiores gastos ambientais foram classificados como médio baixo. No ano de 2016, Blumenau e Joinville foram classificados com eficiência média alta, mesmo que Joinville tenha gastado mais de seis vezes mais em gestão ambiental, ambos apresentaram a mesma eficiência. Porém, há de se ressaltar que os gastos ambientais dos municípios demonstraram crescimento no período estudado.

Portanto, uma inferência que pode ser feita diante deste cenário é de que apesar de se gastar mais com gestão ambiental, o que realmente irá impactar na eficiência ambiental serão as medidas implantadas de cada governo, através das políticas ambientais e de como elas serão colocadas em prática afim de que afetem positivamente o desempenho de cada município. Então, vimos que melhorar a eficiência não esta relacionada ao fato de empenhar mais dinheiro na função de gestão ambiental, pois devemos destacar a necessidade de que devemos levar em conta um apanhado de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, institucionais e ambientais. Portanto, sugerem-se alguns temas para futuras pesquisas, como ampliando a amostra de municípios estudados ou até fazer a mesma pesquisa baseando-se em outras mesorregiões de outro estado, para que se possa fazer uma comparação da eficiência em gestão ambiental e depois destacar de como é a importância do horizonte político que tem significativa responsabilidade não apenas nos níveis dos gastos ambientais, mas como também na eficiência de como estes gastos são alocados.

A abrangência, referente a confiabilidade dos dados coletados, permite a continuidade e o fácil acesso dos mesmos, que poderão instigar a novas investigações, não apenas na questão dos valores empenhados e sim de como os governos se comportam diante do cenário atual com a crescente de arrecadação, diferente da escassez de dados sobre como são planejadas e colocadas em prática as políticas ambientais. Ou seja, ano após ano aumenta a necessidade de uma política ambiental sólida, sendo esta um tema central na era moderna que deverá ter um papel representativo na elaboração e implementação dos planos governamentais. Pois o uso dos gastos com gestão ambiental tem uma grande importância no controle social, visto que uma parte do orçamento é direcionada para eles, cabendo então o aprimoramento das políticas ambientais destes municípios, de modo que permita uma maior eficiência na aplicação destes recursos, como por exemplo, na implementação de programas de custos ambientais.

Realização:





Evidenciando então a relevância da elaboração destas políticas, diante de um cenário que desenvolve a escassez de recursos ambientais, tornando a importância dos estudos investigativos sobre as políticas ambientais, gastos ambientais e eficiências destes gastos para que seja analisado como os gastos e as atuais políticas estão muito longe da eficiência. Ou seja, estes dados mostram que a eficiência na atuação dos municípios com suas questões ambientais não dependem apenas de gastar mais e sim na maneira como estes gastos serão alocados de acordo com uma política ambiental bem planejada, que junto aos recursos financeiros, caminhem para um desenvolvimento cada vez maior e responsável.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, F. S.; ROCHA, J. S.; ÓRTEGA, J. Desarrollo rural en los países de América Latina y el Caribe: el rol de las políticas públicas. In: **Políticas públicas y desarrollo en América Latina y el Caribe: el papel del gasto público**. 1. ed. Santiago do Chile, 2006.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Portaria Conjunta SOF/STN nº 2/2016**. Aprova a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários. In: Manual de contabilidade: aplicada ao setor público (MCASP): exercício 2017. 7. ed. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Republica%C3%A7%C3%A3o+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BUENO, O.; OLIANA, F.; BORINELLI, B. O estudo do gasto público em meio ambiente. **Economia & Região**, v. 1, n. 1, p. 118-133, 2013.

Realização:





CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: NBC T 16.5. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 03 maio 2018.

ELIAS, L. M. S. L.; OLIVEIRA, N. F. Análise da sustentabilidade organizacional das empresas do setor mineral do estado do Pará. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 45-67, 2013.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM). Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017/codDimensao/1016>>. Acesso em: 15 maio 2018.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M.F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 3-19, 2012.

OLIVEIRA, L. S. C.; PIMENTA, H. C. D.; GOUVINHAS, R. P. As políticas públicas ambientais do nordeste brasileiro e as operações produtivas: um estudo comparativo sobre seus princípios e instrumentos no âmbito estadual. **Revista de Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, 2012.

ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>>. Acesso em 14 fev. 2018.

PIRES, Adrielle Lúcia; PLATT NETO, Orion Augusto. **Observância dos limites para a despesa com pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul entre os Anos de 2000 a 2014**. 2016. 16 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 76-97.

RIBEIRO, Maria de Souza. **Contabilidade ambiental**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. Framework of analysis. **Policy Studies Journal**, v. 8, p. 538-60, 1980.

Realização:





SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: um estudo de caso. 2002. 108f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia da UFSC, Florianópolis, 2002.

SOUZA, Maisa de. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, p. 1077-1098, 2006.

TRIDAPALLI, J. P.; et al. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 79-95, maio/ago. 2011.

UNITED NATIONS. Desa. Population division. **World population prospects 2017**. 2017a. Disponível em <<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

UNITED NATIONS. **Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050**. 2017b. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Realização:

